



**Universidade de Brasília**

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

## **O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE À AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA**

**Eliana Rodrigues Viana Magalhães**

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edileuza Fernandes da Silva

Tutora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Susley Pereira

Brasília (DF), 19 de dezembro de 2015

**Eliana Rodrigues Viana Magalhães**

**O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE À  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora Doutora Edileuza Fernandes e tutoria da Professora Doutora Maria Susley Pereira.

# **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Eliana Rodrigues Viana Magalhães**

## **O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE À AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

---

Professor Me. Ricardo Gonçalves Pacheco - SEEDF  
Examinador externo

---

Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva -FE/UNB  
(Professora/orientadora)

---

Profa. Dra. Maria Susley Pereira - SEEDF  
(Tutora/orientadora)

Brasília (DF), 19 de dezembro de 2015

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus.

Ao meu esposo Jorge Alves Magalhães, por estar presente apoiando todos os meus projetos acadêmicos.

Aos meus filhos, Jean e Isabelle Cristine.

A professora Maria Susley Pereira, pelas orientações realizadas durante o desenvolvimento desse trabalho.

*Os professores tendem a tratar os alunos conforme os juízos de valor que vão fazendo deles.*

(Luiz Carlos de Freitas).

## RESUMO

A avaliação Institucional é a avaliação da escola pela escola que visa avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pela Instituição. Este trabalho teve por objetivo geral analisar o papel da Coordenação Pedagógica no processo de Avaliação Institucional de uma escola de Educação de Jovens e Adultos do DF e como objetivos específicos: compreender a concepção de avaliação institucional dos professores; compreender a concepção de avaliação institucional e da equipe gestora e analisar as ações da coordenação pedagógica voltadas para a avaliação institucional de uma escola de Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa foi desenvolvida sob a abordagem qualitativa com características de estudo de caso. Foram interlocutores a equipe gestora da escola, composta pelo diretor, vice-diretor, dois assistentes pedagógicos e dez professores. Os resultados apontaram que a maioria dos professores alega que ainda não houve momentos de avaliação institucional na escola; três disseram que ocorre nas datas destinadas pelo calendário escolar da SEEDF - Dias Letivos Temáticos - e um professor relatou que acontece o ano todo. Assim sendo, percebe-se que este momento para a avaliação institucional, não está bem claro e definido aos docentes da escola.

**Palavras-Chave:** Avaliação Institucional. Coordenação Pedagógica. Educação de Jovens e Adultos.

## **LISTA DE SIGLAS**

**ANEB:** Avaliação Nacional da Educação Básica

**ANEE:** Aluno com Necessidades Educacionais Especiais

**ANRESC:** Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

**CED:** Centro Educacional

**CRE:** Coordenação Regional de Ensino

**EJA:** Educação de Jovens e Adultos

**ENEM:** Exame Nacional do Ensino Médio

**IDEB:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**SAEB:** Sistema de Avaliação da Educação Básica

**SEEDF:** Secretaria de Estado de Educação do DF

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Organização pedagógica da Secretaria Adjunta de Educação do Distrito Federal .....	16
Figura 2: Idade dos professores .....	25
Figura 3: Tempo de serviço dos professores na Escola.....	26

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Avaliações externas promovidas pelo INEP.....	11
Quadro 2: Histórico da Educação de Jovens e adultos no Brasil.....	18
Quadro 3: A Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal.....	20
Quadro 4: Interlocutores da Pesquisa.....	24
Quadro 5: Fala dos Interlocutores - Professores.....	26
Quadro 6: Fala dos Interlocutores - Equipe Gestora.....	27
Quadro 7: Fala dos Interlocutores - Professores.....	29
Quadro 8: Fala dos Interlocutores - Equipe Gestora.....	29
Quadro 9: Fala dos Interlocutores - Professores.....	30
Quadro 10: Fala dos Interlocutores - Equipe Gestora.....	31
Quadro 11: Fala dos Interlocutores - Professores.....	31
Quadro 12: Fala dos Interlocutores - Equipe Gestora.....	32

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO- VIVENDO EDUCAÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
1.1 Avaliação – O início do Processo Educacional.....	10
1.2 Avaliação Institucional - Repensando as nossas práticas.....	12
1.3 Avaliação na Educação de Jovens e Adultos:.....	13
1.4 A Coordenação Pedagógica no Distrito Federal e na Escola de Belas Artes.....	15
1.5 O Papel do coordenador Pedagógico na avaliação Institucional na Educação de Jovens e Adultos.....	17
1.6 Educação de Jovens e Adultos - Uma breve história.....	18
Capítulo 2 - METODOLOGIA.....	22
2.1 A Organização da Escola e do seu trabalho Pedagógico.....	22
2.2 Instrumento de coleta.....	24
Capítulo 3 - ANÁLISE DE DADOS.....	25
3.1 Perfil da Amostra.....	25
3.2 Discutindo Educação e as formas de avaliação.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICES.....	37
Questionário – Professor.....	37
Questionário – Equipe Gestora.....	40

## INTRODUÇÃO- VIVENDO EDUCAÇÃO

Apaixonada pela educação pública, pude dedicar os meus últimos 23 anos à docência. Sou fruto da Escola Normal de Taguatinga, na qual concluí o Curso Normal no ano de 1992. No início do ano de 1993, ingressei na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (antiga Fundação Educacional), onde atuei na Educação de Jovens e Adultos – séries iniciais. Paralelo ao momento profissional, iniciei o meu curso Superior de Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas na Universidade Católica de Brasília. Sinto-me privilegiada dentro da empresa onde trabalho, pois, tive oportunidades de vivenciar profissionalmente todas as etapas e modalidades da Educação Básica. No que diz respeito à estrutura organizacional da SEEDF, atuei nos três níveis: Local – Escola; Intermediário – Coordenação Regional de Ensino e Central – Sede da SEEDF.

No ano de 2011, retornei à sala de aula numa escola polo de EJA em Taguatinga, na qual estou atuando. Sinto-me realizada em trabalhar nessa escola e em atender o público da Educação de Jovens e Adultos. Acredito que vou me aposentar nela.

Preocupada com o meu desempenho profissional, pude verificar ao longo dos anos, que a escola, enquanto espaço de educação, deve passar por momentos de avaliação institucional, com o intuito de podermos reavaliar as nossas práticas e ao mesmo tempo corrigir percursos.

Por meio desta pesquisa acadêmica, pretendo responder a uma pergunta que muito me inquieta dentro do espaço da coordenação pedagógica da escola onde atuo:

Qual é o papel da coordenação pedagógica no processo de avaliação institucional de uma escola de Educação de Jovens e Adultos?

Esta pesquisa teve por objetivo geral analisar o papel da Coordenação Pedagógica no processo da Avaliação institucional de uma escola de Educação de Jovens e Adultos do DFe como objetivos específicos:

- a) Compreender a concepção de avaliação institucional dos professores;
- b) Compreender a concepção de avaliação institucional do coordenador pedagógico e da equipe gestora de uma escola de Educação de Jovens e Adultos.

## CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1 Avaliação – O início do Processo Educacional

Avaliar na educação não é uma tarefa fácil de ser realizada. É como se tivéssemos as várias faces de uma pirâmide hexagonal, e que todas essas faces tivessem olhares diferentes. E assim, deve ser a avaliação na educação.

Acreditando que a avaliação acontece em todo momento no espaço escolar, pude verificar que ao avaliarmos os nossos alunos, a nossa escola, a nossa ação educativa de forma contínua e sistematizada, sempre conseguimos um *feedback* da organização do trabalho pedagógico que é desenvolvido no ambiente escolar. Este *feedback* nos permite que, enquanto educadores, possamos fazer reflexões acerca do nosso trabalho, nos permitindo tornarmos educadores reflexivos.

Para Freitas (2014, p. 34), “não é apenas o professor que precisa ser reflexivo, mas sim o conjunto da escola”.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, (DCNB, 2006) a Avaliação Educacional, no capítulo II, artigo 46, diz: “a avaliação no ambiente educacional compreende 3 (três) dimensões básicas:

- I – Avaliação da aprendizagem;
- II – Avaliação institucional interna e externa;
- III – Avaliação de redes de Educação Básica”.

A avaliação para as aprendizagens praticada em sala de aula deve ser de caráter formativo, que visa sobrepor o caráter quantitativo e classificatório da avaliação.

Para Demo (2003) a avaliação da aprendizagem é recurso essencial, imprescindível e constante, tanto para análise e identificação de aspectos a serem mudados, como para a tomada de decisão em mudanças.

De acordo com Gronlund (1979), a avaliação da aprendizagem tem diferentes funções, que englobam indicar e apontar pontos importantes para o aprimoramento da relação entre o ensino e a aprendizagem.

Para Gadotti (1984, p.90), “educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente”.

A avaliação de redes de Educação Básica, também denominada avaliação em larga escala ou avaliação externa, tem esta denominação por ser promovida por entidades – pessoas que não estão dentro da escola. Ecuja a finalidade principal é avaliar as políticas públicas de educação, bem como o desempenho do aluno.

Dentre as avaliações em larga escala, podemos citar:

### **Quadro 1: Avaliações externas promovidas pelo INEP**

- **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)** conforme estabelece a Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

- A Aneb é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome do Saeb em suas divulgações;
- A Anresc é mais extensa e detalhada que a Aneb e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações.

- **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**-criado pelo Inep em 2007. Representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep, a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb (para as unidades da federação e para o país) e a Prova Brasil (para os municípios).

- **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)** - criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009, passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. Foram implementadas mudanças no Exame que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

- **O Encceja** constitui-se em um exame para aferição de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se

desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros.

Fonte: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br), 2015

## **1.2 Avaliação Institucional - Repensando as nossas práticas**

A cada dia, novas demandas aparecem de forma dinâmica na escola. Diante de novas propostas, a escola não pode deixar de atender ou tentar responder a estas demandas dentro do espaço escolar. Visando este atendimento, ações são planejadas para que se tenham respostas satisfatórias, e todo esse processo requer momentos de avaliação por parte dos segmentos da escola.

Pensar a avaliação, leva-nos necessariamente a pensar na escola, nos professores e na equipe gestora. Envolve também, a percepção dos estudantes e de seus responsáveis.

Esta avaliação, chamada de Avaliação Institucional, vem crescendo a cada momento na escola. No entanto, muitas vezes realizada informalmente, o que não demonstra a real situação do que se pretende avaliar.

Para Sousa (2015, p. 62), “impõe-se que seja vivenciada a avaliação da escola, de forma sistemática, para além da avaliação do aluno”. O autor ainda afirma: “Esta avaliação da escola deve partir de algumas perguntas fundamentais que a escola deve fazer a si mesma com o intuito de promover a avaliação institucional”.

Qual é o nosso projeto educacional? Quais os princípios que devem orientar a organização do trabalho escolar? Qual é o nosso compromisso com os alunos desta escola, e, para além desses, com a construção de uma escola pública de qualidade? O que entendemos por qualidade? (SOUSA, 2015 p. 64).

No documento Diretrizes de Avaliação Educacional - Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala 2014-2016 da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a Avaliação Institucional foi intitulada Avaliação do Trabalho da Escola.

A Avaliação Institucional, aqui denominada Avaliação do Trabalho da Escola, destina-se a analisar a implementação de seu Projeto Político-Pedagógico para identificar suas potencialidades e fragilidades e orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social do trabalho escolar. A reflexão coletiva é imprescindível para que novas ações sejam estabelecidas, em função da realidade e das necessidades de seus atores,

de forma a promover as aprendizagens dos estudantes e dos profissionais que ali atuam. (DISTRITO FEDERAL,2014,p. 56)

A avaliação institucional deve ser formativa; democrática e também participativa; global e contínua; integrativa; processual; qualitativa; flexível; legítima e institucionalizada.

A avaliação Institucional é a avaliação da escola, para a instituição de ensino que visa avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pela Escola.

De acordo com Freitas:

A avaliação Institucional é um processo de apropriação da escola pelos seus atores, não na visão liberal da responsabilização pelos resultados da escola como contraponto da desresponsabilização do estado pela escola, mas no sentido de que seus atores tem um projeto e um compromisso social, em especial junto as classes populares e, portanto, necessitam, além deste seu compromisso, do compromisso do estado em relação à educação. (FREITAS et al.,2014, p.36)

Freitas (2014, p.30),“a avaliação Institucional produz escolas reflexivas”. Segundo ele, toda a escola com todos os segmentos da escola (pais, alunos, gestores e demais funcionários) devem ser reflexivos, pois a avaliação institucional “implica repensar o significado da participação dos diferentes atores na vida e no destino das escolas” (FREITAS, 2009,p.34).

Freitas(2009),ressalta que, para acontecer a avaliação institucional é necessário um pacto entre todos os segmentos da escola, definindo assim, Avaliação Institucional como sendo “um processo que envolve todos os seus atores, com vistas a negociar patamares adequados de aprimoramento a partir dos problemas concretos vivenciados por ela”.(FREITAS,2009,p.38).

### **1.3 Avaliação na Educação de Jovens e Adultos:**

A secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal publicou em 2014 o documento Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Educação. Este documento foi construído, assim como o Currículo em Movimento, por um grupo de trabalho instituído pela SEEDF, com a intenção de fornecer subsídios teóricos para as práticas avaliativas e pedagógicas na rede pública do DF

Com a publicação deste documento, o Distrito Federal sai à frente, tratando a avaliação educacional em três níveis: avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e avaliação de redes ou em larga escala.

Segundo as Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Educação:

Na Educação de Jovens e Adultos – EJA, a avaliação escolar, em seus diferentes processos e espaços, não deve reiterar as exclusões a que esse público foi submetido ao longo dos tempos. Portanto, destaca-se que a avaliação formativa é aquela que encoraja, orienta, informa e conduz os sujeitos sociais (jovens, em uma perspectiva contínua que estimule a autorregulação de suas aprendizagens. Para tanto, são utilizados instrumentos e procedimentos avaliativos que compreendam e reconheçam os saberes adquiridos a partir das trajetórias de vida dos estudantes e de suas relações com o mundo do trabalho. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 25)

A avaliação formativa possibilita que o estudante continue no processo aprendendo. Segundo VillasBoas 2001, o papel da avaliação formativa é valorizar o aluno e sua aprendizagem tornando-o parceiro de todo o processo, promovendo inclusão, e não exclusão.

Por meio da avaliação formativa, os alunos percebem claramente os critérios aos quais serão submetidos, fazendo com que todos que estejam no processo e participem da avaliação. O foco da avaliação formativa não se encontra no resultado ao ser alcançado pelo aluno, mais sim no processo que permite chegar a determinado resultado.

Ainda de acordo com o documento Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Educação (2014):

A maneira como se articulam os novos conhecimentos construídos na escola com aqueles trazidos pelos estudantes sinaliza a importante utilização da avaliação diagnóstica, elemento da avaliação formativa, que pode romper com a lógica autoritária da avaliação classificatória. A construção de memorial analítico-reflexivo, que pode ser incorporado ao portfólio ou a outro instrumento que o docente desejar, constitui-se como importante para a construção da autoestima positiva e o desenvolvimento do estudante da EJA, por meio da compreensão da própria história de vida. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 25)

Na Educação de Jovens e Adultos, não se pode falar de avaliação formativa sem discorrer acerca do tema autoavaliação. Uma vez que, enquanto educadores da EJA, estamos atuando com sujeitos que, muitas vezes, mantêm relações com o mundo do trabalho e que já exercem papéis importantes na sociedade. Assim sendo,

a autoavaliação pode corroborar para que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos participem mais efetivamente do processo de aprender a aprender.

De acordo com as Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Educação, “autoavaliar é a maneira pela qual o estudante e demais atores da escola podem inserir-se no processo avaliativo e conhecer a si mesmo enquanto aprendem. [...] No caso da autoavaliação, recomenda-se a não utilização de notas, pois estas desviam a atenção do estudante do principal objetivo que é o de perceber-se em seu processo de aprendizagem.” (DISTRITO FEDERAL, 2014 p.26).

Para Villas Boas 2001,

A autoavaliação é um componente importante da avaliação formativa refere-se ao processo pelo qual o próprio aluno analisa continuamente as atividades desenvolvidas e em desenvolvimento, registra suas percepções e sentimentos e identifica futuras ações para que haja avanço na aprendizagem. (VILLAS BOAS, 2001, p.15)

A autoavaliação, na Educação de Jovens e Adultos é um bom caminho para o desenvolvimento da avaliação formativa. Além da autoavaliação, o que pode contribuir para que a avaliação formativa possa ocorrer é a participação de todos os sujeitos envolvidos na organização do trabalho pedagógico almejando a participação dos estudantes com o intuito de oferecer novas possibilidades de aprendizagem. Dentre os instrumentos/procedimentos da avaliação formativa várias atividades podem ser desenvolvidas como: trabalhos individuais; trabalhos em grupos; debates; visitas orientadas; portfólio entre outros.

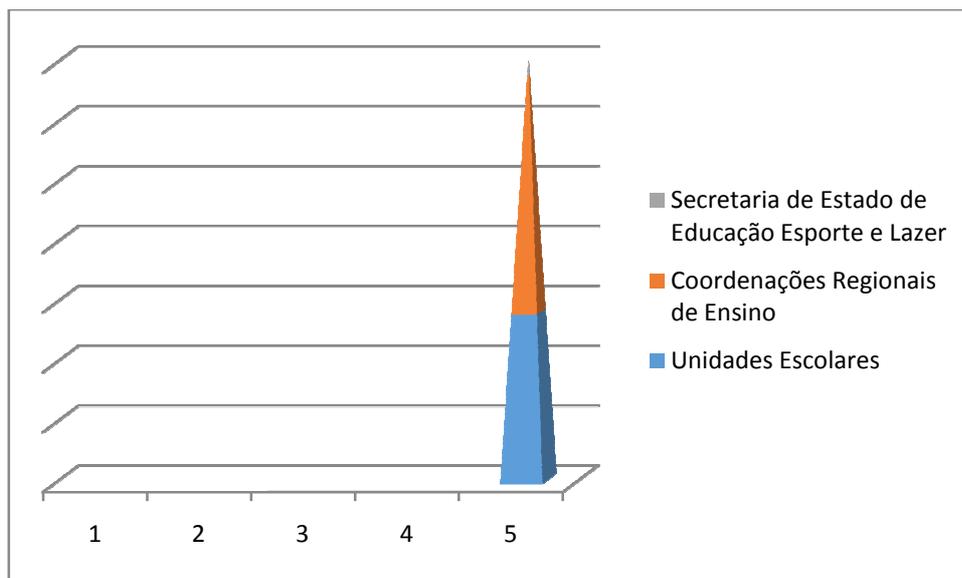
#### **1.4A Coordenação Pedagógica no Distrito Federal e na Escola de Belas Artes**

A coordenação pedagógica é uma ferramenta indispensável ao desenvolvimento das atividades escolares e organização do trabalho pedagógico no cotidiano da escola. O coordenador pedagógico tem uma função tão importante quanto a do diretor de uma escola, pois ele é o elo entre a direção e o corpo docente. É o coordenador pedagógico que articula todas as ações pedagógicas propostas no Projeto Político Pedagógico da escola, com a finalidade de promover a aprendizagem numa visão humanista da educação, valorizando as diferenças e desenvolvendo a cidadania e a ética.

A realidade da educação pública no Distrito Federal é bem diferente dos outros Estados do Brasil. Temos aqui no DF, uma Educação quase que privilegiada

em relação à sua estrutura. O DF dispõe de uma secretaria de Estado de Educação com aproximadamente 680 escolas que ofertam todas as etapas e modalidades da Educação Básica. A estrutura de suporte pedagógico começa na secretaria de Educação e se apresenta da seguinte forma:

**Figura 1: Organização Pedagógica da SecretariadeEstado de Educação Esporte e Lazer do Distrito Federal**



**Fonte: Elaborada pela autora.**

Cada escola possui uma quantidade de coordenadores pedagógicos de acordo com o número de alunos matriculados e a especificidade da modalidade/etapa que é ofertada na instituição de Ensino, conforme determina a portaria da SEEDF.

A hierarquia está muito bem definida conforme foi mostrado na Figura 1.

O “poder” das relações pedagógicas existe desde ao topo da pirâmide, representado pelo nível Central, perpassando pelo nível intermediário, através das Coordenações Regionais de Ensino, até chegar às Escolas. As relações pedagógicas são estabelecidas através de documentos normativos e/ou informativos que partem do nível central para o nível intermediário até chegarem às escolas do Distrito Federal com o objetivo de orientar, nortear e acompanhar as atividades pedagógicas desenvolvidas nas Unidades de Ensino.

Os coordenadores pedagógicos são eleitos no início de cada ano letivo, de acordo com critérios estabelecidos por portarias da SEEDF.

A Escola de Belas Artes tem 3 coordenadores pedagógicos de 40 horas nos turnos matutino e vespertino, e 2 coordenadores de 20 horas no turno noturno. Além de 1 coordenador pedagógico de 20 horas, específico para o 1º segmento da EJA.

As coordenações pedagógicas acontecem às terças-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras por área de conhecimento, devido a escola ser de regime de 20 horas semanais. Não existindo coordenação coletiva.

Os coordenadores pedagógicos da Escola de Belas Artes são responsáveis em promover e realizar as coordenações pedagógicas, subsidiar os docentes nas diversas atividades pedagógicas da escola em consonância com as demandas propostas pela Secretaria Adjunta de Educação do DF.

Percebo que, muitas vezes, os nossos coordenadores pedagógicos estão realizando atividades que não são inerentes às suas atribuições. Dentre elas, posso citar: assistência quase que diária à disciplina dos alunos da Escola de Belas Artes – pois nossa escola é uma escola polo de EJA que recebe alunos das mais variadas idades, sendo um público formado principalmente de jovens de 15 a 21 anos e com um alto índice de envolvimento com drogas lícitas e ilícitas. Além de abrir e fechar os três (3) turnos da escola: matutino, vespertino e noturno, atender aos pais dos alunos com menos de 18 anos do primeiro e segundo segmentos, e vender uniformes também é uma tarefa dos coordenadores pedagógicos da escola de Belas Artes.

### **1.5 O Papel do coordenador Pedagógico na avaliação Institucional na Educação de Jovens e Adultos**

Ouvir os professores não é tarefa fácil, e sabendo desta dificuldade, quando os docentes elegem o coordenador, torna-se mais democrático perceber e ouvir os anseios dos docentes da escola.

O Projeto Político-Pedagógico da escola precisa ser concebido com a participação de todos os atores da escola, assim como a avaliação Institucional deve ser feita também com todos os segmentos da Escola. Sendo assim, o coordenador pedagógico, tem um papel importante nestes processos de construção e reconstrução do PPP, assim como na interlocução da Avaliação institucional da Escola com os e para os docentes.

O coordenador pedagógico é um profissional que deve valorizar as ações coletivas dentro da instituição escolar, ações essas que devem estar vinculadas ao eixo pedagógico desenvolvido na instituição escolar. Ele deverá ser o articulador dos diferentes segmentos da mesma, na

elaboração de um projeto pedagógico coletivo. (LIMA; SANTOS, 2007, p. 86).

### 1.6 Educação de Jovens e Adultos - Uma breve história

A Educação de Jovens e adultos é uma modalidade da Educação Básica que tem como objetivo principal atender um público que não teve oportunidade de frequentar o Ensino fundamental e o Ensino Médio. Recebe jovens e adultos trabalhadores e principalmente com opiniões formadas acerca do mundo.

Em nosso país, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sempre sofreu interferências do contexto histórico-sócio-político de cada época e na atualidade. O quadro abaixo mostra um breve histórico de como a Educação de Jovens e Adultos se posicionou em períodos distintos em nosso país.

#### Quadro 2: Histórico da Educação de Jovens e adultos no Brasil

1934  Pela 1ª vez pensou-se em Educação de Jovens e Adultos em nosso País	Constituição de 1934 - estabelece a criação de um Plano Nacional de Educação, indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.
Década de 40	Iniciativas políticas e pedagógicas que ampliaram a educação de jovens e adultos: a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e outros.
1952	A Instalação do Estado Nacional Desenvolvimentista- gerou a necessidade de mão-de-obra qualificada e alfabetizada.
Anos 50	O MEC - promoção da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)
1958	Criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), inicialmente ligada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA. A CNER caracterizou-se, no período de 1952 a 1956, como uma das instituições promotoras do processo de desenvolvimento de comunidades no meio rural brasileiro.

Década de 60	Realização da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). Seus organizadores compreendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente, devendo dar prioridade à educação de crianças e jovens, aos quais a educação ainda poderia significar alteração em suas condições de vida.
1960	Realização do segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, objetivando avaliar as ações realizadas na área e visando propor soluções adequadas para a questão
1966	O Estado associado à Igreja Católica - novo impulso foi dado às campanhas de alfabetização de adultos.
Década de 70	Regime militar - todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à ideia de fortalecimento de uma cultura popular foram reprimidos.
Década de 70	O Movimento de Educação de Bases (MEB) sobreviveu por estar ligado ao MEC e à igreja Católica. Todavia, devido às pressões e à escassez de recursos financeiros, grande parte do sistema encerrou suas atividades em 1966.
Década de 70-Regime Militar	Criação das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização - o MOBRAL, que era um projeto para se acabar com o analfabetismo em apenas dez anos.
1971	Implantação do ensino supletivo, criação dos Centros de Estudos Supletivos em todo o país, com a proposta de ser um modelo de educação do futuro, atendendo às necessidades de uma sociedade em processo de modernização. O objetivo era escolarizar um grande número de pessoas, satisfazendo às necessidades de um mercado de trabalho competitivo, com exigência de escolarização cada vez maior.
1985	Extinção do MOBRAL sendo substituído pela Fundação EDUCAR. O contexto da redemocratização possibilitou a ampliação das atividades da EJA. Estudantes, educadores e políticos organizaram-se em defesa da escola pública e gratuita para todos.
1988	A nova Constituição de 1988 trouxe importantes avanços para a EJA: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito passou a ser garantia constitucional também para os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada.
Março de 1990 - Governo Collor	A Fundação EDUCAR foi extinta e todos os seus funcionários colocados em disponibilidade. Em nome do enxugamento da máquina administrativa, a União foi se afastando das atividades da EJA e transferindo a

	responsabilidade para os Estados e Municípios.
2003 - Governo Lula	Criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta é erradicar o analfabetismo durante o mandato de quatro anos do governo Lula.
2003 até o momento	Lançamento do Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização.

Fonte: Campinas, n.38, p. 49-59

No Distrito Federal, de acordo com a Secretaria Adjunta de Educação, a Educação de Jovens e Adultos é ofertada de forma presencial e semipresencial. Em março de 2015, a Secretaria Adjunta de Educação realizou o lançamento da publicação Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA), inédita no DF, a publicação de 61 páginas trata das peculiaridades dos estudantes atendidos pela EJA, apresenta aspectos da modalidade de ensino no DF, orienta sobre organização curricular e pedagógica, entre outras questões que poderão auxiliar os profissionais ligados à área.

Segundo as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos – EJA (DISTRITO FEDERAL, 2014),

Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos são pessoas jovens, adultas e idosas da classe trabalhadora, que ao longo da sua história, não iniciaram ou mesmo interromperam a sua trajetória escolar em algum ou em diferentes momentos de sua vida. São mulheres e homens que sofrem severamente as consequências de uma lógica estrutural capitalista, notadamente injusta e perversa. São moradores da cidade e do campo, trazem a marca da exclusão social e buscam assegurar a sobrevivência do seu grupo familiar. Estão compreendidos na diversidade e multiplicidade de situações relativas às questões étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais, regionais e geográficas, de orientação sexual, de privação da liberdade, de população em situação de rua e de condições físicas, emocionais e psíquicas. Integram os mais diversos grupos sociais, participantes ou não de movimentos populares e sociais. (DISTRITO FEDERAL, 2015, p.14)

### Quadro 3: A Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal

<b>Curso presencial de Educação de Jovens e Adultos</b>	<b>Curso Educação de Jovens e Adultos a Distância – EJA/EaD</b>
---	---

<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1º segmento/ Ensino Fundamental – Anos Iniciais: duração de quatro semestres, com carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas.</li> <li>• 2º segmento/ Ensino Fundamental – Anos Finais: duração de quatro semestres, com carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas.</li> <li>• 3º segmento/ Ensino Médio: duração de três semestres, com carga horária de 1.200 (mil e duzentas) horas.</li> </ul>	<p>A Educação de Jovens e Adultos a Distância é ofertada pelo Centro de Estudos Supletivos Asa Sul – CESAS no 2º segmento/ para o Ensino Fundamental – Anos Finais e para o 3º segmento/Ensino Médio e está assim organizada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino Fundamental – Anos Finais: duração de quatro semestres, com carga horária de 1.640 (mil seiscentas e quarenta) horas.</li> <li>• Ensino Médio: duração de três semestres, com carga horária de 1.275 (mil duzentas e setenta e cinco) horas.</li> </ul> <p>A EJA/EaD é desenvolvida pela internet, no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e-Eproinfo, desenvolvido pelo MEC. A metodologia adotada nos cursos a distância favorece a construção da autonomia do estudante e sua inserção na sociedade informatizada. O aluno da EJA/EaD conta com o acompanhamento de professores tutores, por meio do AVA e, presencialmente, nos plantões de atendimento no CESAS”.</p>
--	--

Fonte:www.se.df.gov.br,2015

## Capítulo 2 - METODOLOGIA

### 2.1 A Organização da Escola e do seu trabalho Pedagógico

O Trabalho Pedagógico desenvolvido na escola de Educação de Jovens e Adultos – Escola de Belas Artes, é um trabalho diferenciado que tem como finalidade atender a um público específico: Jovens e Adultos que não tiveram oportunidades de estudar na idade escolar.

A Escola de Belas Artes oferece a modalidade de ensino: Educação de Jovens e Adultos - EJA. Situada na Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga. A Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga tem 62 escolas que ofertam todas as etapas e modalidades de Educação.

É considerada uma escola polo de referência e oferta EJA nos três segmentos: 1º (*EJA - anos iniciais do ensino fundamental*), 2º (*EJA - anos finais do ensino fundamental*) e 3º (*EJA - ensino médio*). De acordo com a nomenclatura estabelecida pela Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010.

De acordo com o fluxo escolar deste ano, no 1º Segmento de Educação de Jovens e Adultos, temos apenas 40 alunos matriculados no turno vespertino. No 2º Segmento de Educação de Jovens e Adultos, temos por volta de 800 alunos nos turnos matutino e vespertino. Dentre os alunos, a idade varia bastante, abrangendo desde adolescentes com a idade mínima de 15 anos e adultos de todas as idades.

O 3º segmento inicia com alunos de 18 anos e também abarca todas as idades. Por essa grande variedade do público escolar, o seu atendimento é extremamente complicado. No 2º semestre de 2015 foram matriculados 2876 alunos, distribuídos nos três segmentos da Educação de Jovens e Adultos.

É também uma escola inclusiva, atendendo alunos da comunidade de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo, Brazlândia e das cidades vizinhas Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso do estado de Goiás.

O Corpo discente, em sua maioria, constitui-se de alunos que residem em localidades distantes da Escola. Nesse sistema, estão matriculados os ANEE, (alunos com necessidades educacionais especiais) com as mais diversas deficiências. Além de alunos trabalhadores, alunos em liberdade assistida e semiliberdade.

Os índices de aprovação e repetência estão dentro da média das escolas públicas do Distrito Federal. A aprovação dos alunos frequentes é em torno de 85%<sup>1</sup>, mas o índice de evasão escolar pode ser considerado grande, em torno de 50%. Entre os fatores que interferem no desempenho dos alunos, há os que têm se mostrado relevantes, como a distância da residência do aluno até a escola; a falta de uma família estruturada e participativa na vida do aluno; a falta de hábito/horário de estudo; o desinteresse do aluno e a falta de conhecimento que deveria ter sido adquirido nos anos anteriores.

A abordagem que melhor se adapta à pesquisa é o estudo de caso por ser compatível com o universo que faz parte do sujeito da pesquisa: um Centro Educacional- polo de EJA. Essa proposta de pesquisa é o Estudo de Caso, parte da pesquisa descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo De Deus (2010, p. 7),

O estudo de caso, se constitui como uma metodologia de pesquisa consolidada, uma vez que, ao investigar situações particulares, o estudo de caso pode identificar aspectos gerais e relacionar com outras situações convergentes. Percebemos que a metodologia de pesquisa em foco adequar-se às situações singulares do fenômeno investigado.

Para alcançar os objetivos da pesquisa foi aplicado um questionário, e a partir dos dados coletados, procedeu-se à análise da oitiva de todos os interlocutores fazendo a relação com o referencial teórico.

O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra "questionário" refere-se a um meio de obter resposta às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche [...] Ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema central. (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 159).

A pesquisa teve como interlocutores: professores, coordenadores pedagógicos e equipe gestora (Diretora, Vice-Diretor e Supervisores Pedagógicos).

---

<sup>1</sup> Dados fornecidos pela secretaria da escola - 1º semestre de 2015

**Quadro 4: Interlocutores da Pesquisa**

Interlocutores	Quantidade
Equipe gestora	02
Professores	10

Fonte: Elaborado pela autora.

Para preservar o anonimato e a garantia de que todos os dados recolhidos só estarão disponíveis para a realização da presente investigação, os interlocutores receberam nomes de artistas renomados no meio das artes.

E por último, foi feita uma análise documental de documentos inerentes ao assunto abordado, como: Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Plano de Ação da Coordenação Pedagógica.

O perfil dos interlocutores: a faixa etária da equipe gestora é de 45 a 50 anos, com mais de 20 anos de Secretaria de Educação. Quanto ao perfil dos professores desta escola, a maioria tem mais de 20 anos de secretaria de Educação.

**2.2 Instrumento de coleta**

O instrumento utilizado para levantar os dados foi um questionário composto de 04 (quatro) questões de identificação geral dos participantes, 05 (cinco) questões de múltipla escolha e (quatro) questões discursivas, as quais avaliam a percepção dos participantes sobre a Avaliação Institucional. Questões discursivas servem para subsidiar a análise qualitativa do presente estudo, uma vez que a fala dos participantes do presente trabalho é de fundamental importância para a tratativa das questões relativas à pesquisa.

## Capítulo 3 - ANÁLISE DE DADOS

### 3.1 Perfil da Amostra

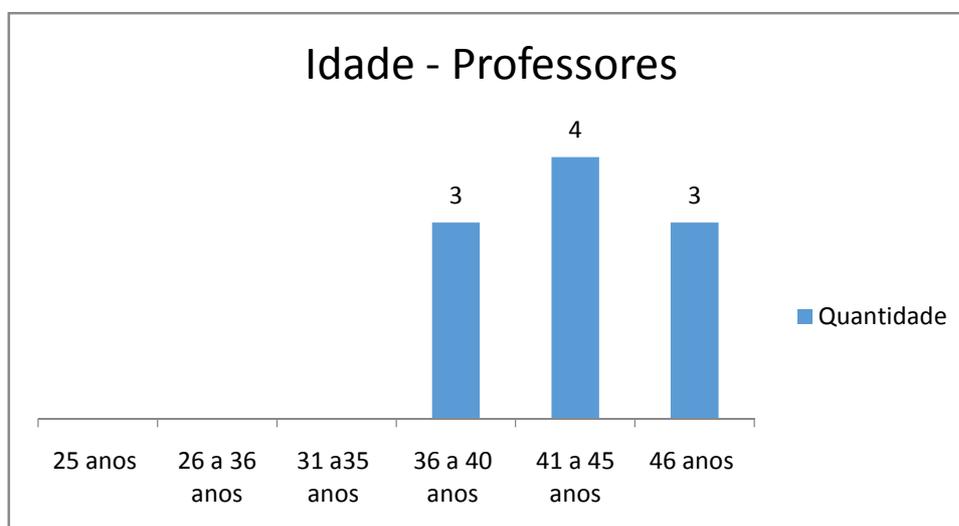
A equipe gestora é composta por Diretor, vice-diretor e três supervisores Pedagógicos.

Somente três (3) componentes da equipe gestora responderam o questionário. Acredito que este fato se deu em virtude do momento que estamos vivenciando no Distrito Federal. Pois acabamos de sair de uma greve em meio ao final do 2º semestre, devido a qual a escola deve repor todos os dias de greve conforme orientação geral da SEEDF, o que possivelmente, corroborou para a fragilidade desta coleta de dados.

A idade média da Equipe gestora é de 43,5 anos de idade e com mais de 15 anos de Secretaria de Estado de Educação do DF. Todos os componentes da Equipe gestora possuem Especialização e estão a mais de 15 anos atuando na Escola.

Foram questionados 10 professores, cujo critério de escolha foi: professores que trabalham em turnos diferentes. Em relação aos professores, pôde-se verificar, que em sua maioria, a idade média é de 43,5 anos de idade. E em grande parte, possuem de 15 a 20 anos de trabalho na SEEDF. Entre os dez professores participantes da pesquisa, somente um possui mestrado e os outros 9 possuem Especialização Latu Sensu.

**Figura 2: Idade dos professores**



Fonte: elaborado pela autora.

Verificou-se também que a maioria dos docentes participantes do estudo trabalham na escola há mais de 3 anos.

**Figura 3: Tempo de serviço dos professores na Escola**



Fonte: elaborado pela autora.

### 3.2 Discutindo Educação e as formas de avaliação

Ao analisar a fala dos interlocutores da pesquisa, pude observar **qual a percepção referente ao espaço da coordenação Pedagógica**, as opiniões divergiram no que diz respeito a esta visão. Muitos professores entendem que este espaço é muito importante, pois, acreditam que é um espaço destinado à reflexão, bem como um espaço voltado à troca de experiências. Outros dizem que é um momento pouco aproveitado, fazendo uso deste espaço para passar informes.

#### Quadro 5: Fala dos Interlocutores - Professores

Qual é a sua percepção referente ao espaço da coordenação Pedagógica?	RESPONDENTE
"Entendo que é de grande importância para o desempenho do professor."	<i>Leonardo da Vinci</i>
"Não sei, nunca participei, porque sou readaptada e não sou aceita na coordenação."	<i>Michelangelo</i>
"O espaço é condizente com a quantidade de professores."	<i>Renoir</i>
"Momentos de reflexão e discussão referentes ao processo educacional."	<i>Monet</i>
"Eu percebo que este momento é só para informes, tratar de conteúdo e	<i>Anita Malfatti</i>

falta trabalhos para sensibilizar, conscientizar e desenvolver debates relacionados ao espaço para melhorar as práticas.”	
“Um lugar onde as sementes são avaliadas e o solo é selecionado para que os frutos possam gerar novas boas sementes.”	<i>Portinari</i>
“Um momento pouco aproveitado para os momentos que realmente fazem a diferença.”	<i>Goya</i>
“Na minha percepção, onde se promove o crescimento através de experiências, vivências, troca de saberes em prol de uma educação de qualidade.”	<i>Cézanne</i>
“É algo importante, mas não tem conseguido promover as melhorias significativas para minha área específica. Talvez por não acreditar mais nessas discursões, o professor acaba ficando sem estímulo e percebe que não há continuidade de ações, o que leva a ter uma percepção diminuída desse espaço. Acho que é algo impossível.”	<i>Van Gogh</i>
“O espaço para a coordenação oferecido pela secretaria é apropriado para o desenvolvimento dos trabalhos.”	<i>Di Cavalcant</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Quase todos os professores entrevistados percebem a importância do espaço da coordenação pedagógica destinado à organização do trabalho pedagógico. Entretanto, pude observar que a maioria dos entrevistados acham que este espaço não é utilizado efetivamente para fins de coordenação pedagógica.

#### **Quadro 6: Fala dos Interlocutores - Equipe Gestora**

<b>Qual é a sua percepção referente ao espaço da coordenação Pedagógica?</b>	<b>RESPONDENTE</b>
“Poderia ser um espaço melhor aproveitado para discussões relacionadas às questões pedagógicas, propriamente ditas como: Problemas de aprendizagens dos alunos e apontamento de possíveis caminhos para a minimização desses problemas.”	<i>Pablo Picasso</i>
“É um espaço fundamental que complementa o trabalho do professor fora da sala de aula. É também um espaço de convivência, troca de experiência e integração com outros professores, direção.”	<i>Tarsila do Amaral</i>

Fonte: elaborado pela autora.

A equipe gestora acredita que este espaço complementa o trabalho do professor fora da sala de aula, possibilitando principalmente o diálogo e ao mesmo tempo a integração dos membros da equipe gestora e professores.

Ao serem indagados **quem seriam as instâncias promotoras da avaliação institucional da sua escola**, ficou claro que existe falta de informação diante desta instância. Uma vez que a metade dos questionados responderam que seria a SEEDF: a escola (por meio da direção) e a escola (por meio da direção e coordenação pedagógica). Para a equipe gestora seria: a escola, por meio da direção e coordenação pedagógica.

Ao perguntar **se a avaliação institucional da escola exercia influência no trabalho pedagógico do professor**, a maioria disse que não influenciava e três professores disseram que procuram utilizar alguns dados da avaliação institucional em seu trabalho pedagógico. O mesmo resultado foi evidenciado na equipe gestora, dizendo não haver influência da avaliação institucional em seu trabalho pedagógico.

**Sobre os temas abordados na avaliação institucional, ficou claro que são tratados temas de relevância a toda escola, como:** Relativos à gestão da escola, administrativos, desempenho dos estudantes, questões pedagógicas, assim como outros. Ainda sobre este questionamento, 03 professores disseram que não houve este momento na escola. A equipe gestora foi ao encontro dos temas elencados pelos professores.

**Quanto à participação dos segmentos da escola nas reuniões de avaliação institucional**, foi verificado que os professores participam com maior frequência. Dois professores relataram que a direção participa e percebemos que não há participação dos outros segmentos, como pais, servidores e direção. Ainda, três professores disseram: “Ninguém, pois, não houve este momento.”

Ao ouvir os professores sobre a utilização dos **dados obtidos com a avaliação institucional em seu planejamento das ações do ano seguinte**, metade dos questionados disseram não existir este momento na escola, a outra metade acredita que é útil para o planejamento das ações ao ano seguinte.

Para Freitas (2014,p.45), “espera-se que o coletivo escolar, parceiro, possa ser o local para análise das dificuldades dos professores com seus alunos em busca de reflexões que contribuam para a prática pedagógica de cada professor”.

A escola, deveria desenvolver periodicamente, momentos de reuniões com todos os segmentos da escola, para promover a avaliação institucional e como fruto deste momento sistematizar um documento construído a várias mãos, para que fosse utilizado no planejamento das ações do ano seguinte. Uma vez que, vários problemas são relatados nas coordenações pedagógicas pelos docentes e, na maioria das vezes, não se tem nenhum retorno em relação às decisões tomadas para a solução daqueles problemas enfrentados no cotidiano escolar.

### Quadro 7: Fala dos Interlocutores - Professores

Na sua escola, com que frequência é realizada a avaliação institucional?	RESPONDENTE
“Não houve.”	<i>Leonardo da Vinci</i>
“Não existe na escola esse momento.”	<i>Michelangelo</i>
“O objetivo dessa avaliação é corrigir os erros cometidos no ano anterior.”	<i>Renoir</i>
Não respondeu.	<i>Monet</i>
“Não posso explicar, pois nunca aconteceu no turno em que trabalho.”	<i>Anita Malfatti</i>
“Sim, a avaliação tem esse objetivo, pois é preciso reconhecer os problemas mais recorrentes para que sejam buscadas novas ferramentas ou tecnologias que melhor depurem, consertem tais problemas.”	<i>Portinari</i>
“Não sei responder.”	<i>Goya</i>
“Servem, contudo, devem ser retomadas em discussão coletiva a fim de obter melhores resultados.”	<i>Cézanne</i>
Não respondeu	<i>Van Gogh</i>
“Sim, com relação aos assuntos administrativos e questões pedagógicas pode ou não modificar a atuação para o ano seguinte. Quanto a questão do desempenho dos alunos, o professor pode rever o seu planejamento de aulas caso o desempenho dos mesmos não seja satisfatório.”	<i>Di Cavalcant</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Ao serem questionados **em relação a qual frequência é realizada a avaliação institucional na sua escola**, a maioria dos professores responderam que ainda não ouve tal momento. Três disseram que ocorre nas datas destinadas pelo calendário Escolar da SEEDF – Dias Letivos Temáticos e 1 professor relatou que acontece o ano todo. Assim sendo, percebo que este momento para a avaliação institucional não está bem claro aos docentes da escola. **Já a equipe gestora, afirmou que:** acontece nas datas destinadas pelo calendário Escolar da SEEDF - Dias Letivos Temáticos.

Freitas (2014) coloca esta questão da seguinte forma:

As escolas não devem se opor à avaliação de seu trabalho. Cabe-lhes aceitar a prestação pública de contas daquilo que fazem em área tão importante para a Sociedade. Os pactos de qualidade que firmam internamente devem produzir resultados que se tornem visíveis externamente e que permitam algum controle social. (FREITAS et al.,2014, p.41)

### Quadro 8: Fala dos Interlocutores - Equipe Gestora

Na sua escola, com que frequência é realizada a avaliação institucional?	RESPONDENTE
“Raramente planeja-se ações para o ano seguinte.”	<i>Pablo Picasso</i>

“Sim, os dados servem para analisarmos o que não deu certo, o melhor, o que está satisfatório e idealizamos outros projetos .”	<i>Tarsila do Amaral</i>
--	--------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Quando foi perguntado: **em sua opinião quais as mudanças poderiam ocorrer para a melhoria do trabalho pedagógico e da avaliação institucional em seu local de trabalho**, várias falas foram ao encontro do que é preconizado na avaliação institucional da escola.

#### Quadro 9: Fala dos Interlocutores - Professores

<b>Em sua opinião, quais as mudanças poderiam ocorrer para a melhoria do trabalho pedagógico e da avaliação institucional em seu local de trabalho?</b>	<b>RESPONDENTE</b>
“Em primeiro lugar, deveria ocorrer com certa frequência.”	<i>Leonardo da Vinci</i>
“Poderia melhorar a comunicação.”	<i>Michelangelo</i>
“Talvez uma maior atenção em relação às coordenações, elas poderiam ser mais objetivas.”	<i>Renoir</i>
“Deve ser trabalhado pela SEDF temas relacionadas com o currículo e assuntos atuais fazendo paralelo.”	<i>Anita Malfatti</i>
“Debates periódicos com alunos e comunidade.”	<i>Portinari</i>
“Que não ficasse apenas na teoria, que fosse aplicado na prática às teorias.”	<i>Goya</i>
“Para a melhoria do trabalho pedagógico seria o envolvimento e o comprometimento de todos presentes (principalmente do corpo docente); Quanto a avaliação institucional, acredito que o melhor caminho é através da discussão coletiva em busca de possíveis soluções.”	<i>Cézanne</i>
“- Verificar ações – Cada professor faz o que quer - Padronizar ações – Ter procedimentos padrões - Coleta mais sistematizada de dada/uso de dados - Implementar o funcionamento básico como substituição de professores atestados por abono, licença médica, TER, ... - Dar continuidade ao que dá certo e abortar o que não funciona. - Fazer funcionar bem o básico. – Dar autonomia ao diretor e equipe, sem as amarras da gerência regional ou secretaria de educação.”	<i>Van Gogh</i>
“- Para melhoria do trabalho pedagógico, uniformização dos procedimentos – Para avaliação institucional, questionários simples e objetivos.”	<i>Di Cavalcant</i>

Fonte: elaborado pela autora

A direção acredita que este momento é de suma importância para o replanejamento de ações que visam o maior problema da escola, que é a evasão escolar.

Freitas (2014, p. 44), diz que “uma boa avaliação Institucional terá consequências positivas para o nível da avaliação da aprendizagem em sala de aula [...] Espera-se que o coletivo escolar, parceiro das dificuldades dos professores com

seus alunos, em busca de reflexões que contribuam para a prática pedagógica de cada professor”.

Quando a escola está aberta ao diálogo, e os segmentos conversam entre si, fica evidenciado o comprometimento do coletivo escolar em elucidar e resolver situações que possam promover o “fracasso escolar”.

#### Quadro 10: Fala dos Interlocutores - Equipe Gestora

<b>Em sua opinião, quais as mudanças poderiam ocorrer para a melhoria do trabalho pedagógico e da avaliação institucional em seu local de trabalho?</b>	<b>RESPONDENTE</b>
“O momento de coordenação deveria ter realmente o propósito para planejamento de ações que poderão minimizar o maior problema dessa instituição, que é a evasão escolar. A criação de projetos como teatro, dança e música que poderiam estimular a presença do aluno na escola.”	<i>Pablo Picasso</i>
“- Implementação de mais projetos Interdisciplinares - Trabalho coletivo - maior participação/integração/envolvimento.”	<i>Tarsila do Amaral</i>

Fonte: elaborado pela autora.

E por fim, quando foi questionado se nas **coordenações pedagógicas da escola, o coordenador pedagógico promove momentos relacionados à avaliação Institucional**, foi evidenciado que os coordenadores pedagógicos não promovem e não têm a responsabilidade de promover nas coordenações pedagógicas momentos de avaliação institucional da escola. Verificou-se que a escola não possui o documento plano de ação da coordenação pedagógica da escola, sendo assim, não fica claro se a promoção de momentos de avaliação institucional na coordenação pedagógica também é papel do coordenador pedagógico juntamente com a direção da escola.

#### Quadro 11: Fala dos Interlocutores - Professores

<b>Nas coordenações pedagógicas da escola, o coordenador pedagógico promove momentos relacionados à avaliação Institucional? Por favor, explique sua resposta?</b>	<b>RESPONDENTE</b>
“Não.”	<i>Leonardo da Vinci</i>
“Nunca participei de nenhuma coordenação nessa escola.”	<i>Michelangelo</i>
“O coordenador procura promover a interação do grupo.”	<i>Renoir</i>
Não respondeu.	<i>Monet</i>
“Nunca vivenciei e percebo que faz muita falta.”	<i>Anita Malfatti</i>
“Não necessariamente. Existem caso em que os problemas são tão	<i>Portinari</i>

imediatos onde a estratégia pedagógica é apagar o fogo.”	
“Que eu tenha participado, não.”	Goya
“A medida que surgem assuntos pertinentes na coordenação promove a discursão.”	Cézanne
“Isso acontece uma vez ou outra. A coordenação é mais para fazer alguns informes em relação aos projetos, calendários, eventos, casos de alunos e turmas problemáticas. Já houve alguns momentos de reflexão, desabafo, compartilhamento de práticas de sala de aula.”	Van Gogh
“Não. Geralmente as coordenações são para tratar de atividades de projetos para EJA e assuntos administrativos (informes).”	Di Cavalcant

Fonte: elaborado pela autora.

### Quadro 12: Fala dos Interlocutores - Equipe Gestora

Nas coordenações pedagógicas da escola, o coordenador pedagógico promove momentos relacionados à avaliação Institucional? Por favor, explique sua resposta.	RESPONDENTE
“Não, ainda não é uma prática nessa instituição a avaliação institucional.”	Pablo Picasso
“Às vezes sim, às vezes não. Depende da necessidade da escola, da pauta como itens a serem discutidos. Mas sempre a direção está aberta a ouvir e aceitar sugestões pro que diz respeito à melhoria .”	Tarsila do Amaral

Fonte: elaborado pela autora.

A fala da equipe gestora foi ao encontro da fala dos professores.

Os documentos analisados nesta investigação foram o Projeto Político Pedagógico onde se realizou a pesquisa. Em relação ao PPP da escola, tive acesso somente a uma apresentação em *power point* datada de 2014.

No Projeto Político Pedagógico da Escola fica claro que a coordenação pedagógica tem um papel importante no âmbito relacional, pois segundo o PPP a Coordenação Pedagógica deve:

- Estabelecer o vínculo entre as propostas da direção e dos professores;
- Articular o planejamento e ações junto aos professores;
- Auxiliar professores no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação não é o fim do processo educacional. Se dá em três atos: iniciar, acompanhar e finalizar o (re)planejamento das ações pedagógicas que visam a melhoria da educação no contexto social que vivemos. Para tanto, é preciso a participação de todos os atores envolvidos neste processo.

A avaliação Institucional tem um papel diagnóstico, revelando o momento que a escola vive. Ela deve ser clara para que todos os envolvidos possam participar e constatar a sua eficácia no processo de planejamento das ações.

Ao remeter aos objetivos deste trabalho, com os resultados obtidos através das respostas dos interlocutores, ficou evidenciado que em parte eles foram respondidos, no que diz respeito ao papel do coordenador pedagógico frente à avaliação Institucional da escola.

Pelo que foi visto com o resultado do questionário, verificou-se que na Escola de Belas Artes, não está bem claro o que é a Avaliação Institucional, em quais momentos ela deve acontecer, com qual frequência e principalmente, qual é o objetivo primordial da avaliação institucional.

Os momentos de coordenações pedagógicas também podem ser utilizados para realizar a avaliação institucional. Uma vez que, os coordenadores podem e devem, através de suas ações, fazer a articulação do planejamento e desenvolvimento de ações junto aos professores que visam a melhoria da organização do trabalho pedagógico.

Constatou-se que a comunidade escolar deve buscar mecanismos para o desenvolvimento da avaliação institucional, não deixando à margem um assunto de tamanha relevância ao contexto educacional.

A gestão escolar deve ouvir cuidadosamente o corpo docente, pois, muitas angústias perpetuam no subjetivismo do ser humano. Não poderia deixar de mencionar a fala de uma professora que me comoveu muito, ao desabafar que não participava dos momentos de coordenação Pedagógica da escola por não ser aceita neste espaço: *“Não sei, nunca participei, porque sou readaptada e não sou aceita na coordenação.”*

Diante de todos os dados levantados e analisados, percebe-se que este estudo de caso realizado para melhor compreender a concepção de Avaliação Institucional nas escolas, foi apenas o início de uma pesquisa que busca, em sua essência, descobrir novas e melhores formas de promover um aprimoramento no sistema educacional na parte fundamental para a base acadêmica. Sendo esta composta por aqueles que são os responsáveis pela plataforma e base das estruturas educacionais: os profissionais de ensino, independente da área em que atuem na instituição.

Desta forma, espero ter encorajado a outros profissionais ou até mesmo acadêmicos, que assim como eu, buscam um contínuo crescimento e melhoria da educação em nossa cidade, e em consequência em nosso país. Que este trabalho sirva de base para outros que virão após mim, que tenham o anseio de serem solucionadores de problemas, fazendo com que estes problemas se tornem em chaves-mestras para a nossa sociedade, que em muitos aspectos, depende, muitas vezes, de uma educação de qualidade e excelência para que se torne aquilo que deve ser.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 2006.
- DISTRITO FEDERAL. *Diretrizes de avaliação educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala*. Brasília-DF, 2014.
- DISTRITO FEDERAL. *Diretrizes operacionais da educação de jovens e adultos 2014/2017*. Brasília-DF, 2014.
- DEUS, Adélia Meirelesde; CUNHA, Djanira do Espírito Santo Lopes; MACIEL, Emanoela Moreira. *Estudo de Caso na Pesquisa Qualitativa em Educação: uma metodologia*. VI Encontro 2010, 2010.
- FREITAS, Luiz Carlos de; SORDI, Maria Regina Lemes de; MALAVASI, Maria Márcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes de. *Avaliação Educacional: caminhando pela contramão*. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GADOTTI, M. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 1984.
- GADOTTI, Moacir. *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Editora Cortez, 2000
- GRONLUND, N.E. *O sistema de notas do ensino*. São Paulo, Pioneira, 1979.
- INEP, 2015. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em 13/11/2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>>. Acesso em: 03/11/2015.
- LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. *O coordenador pedagógico na educação básica: Desafios e perspectiva*. Revista Educare, vol2, nº 4 jul/dez 2002 p.77-90
- RABELO, Edmar Henrique. *Avaliação: novos tempos, novas práticas*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SOUSA, Sandra M. Záquia L. *Avaliação Institucional: Elementos para discussão - Secretaria Municipal de São Paulo*, 1999.
- STRELHOW, ThyelesBorcarte. *Breve História Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, setembro. 2015.
- VILLAS BOAS, Benigna Maria. *Avaliação formativa e formação de professores: ainda um desafio*. Linhas Críticas Revista da Faculdade de Educação UNB , Brasília, v. 12, n. 22, p. 75-90, jan/jun. 2001.

WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Trad. José Medina Echavarría et al. 2.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

## APÊNDICES



### Questionário – Professor

Senhor(a) Professor(a),

O presente questionário faz parte de uma pesquisa realizada para o trabalho de conclusão do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica realizado na Universidade de Brasília – UnB. A pesquisa tem por objetivo analisar o papel da Coordenação Pedagógica no processo de avaliação institucional de uma escola de Educação de Jovens e Adultos do DF.

Ressalto que esta pesquisa está sob a salvaguarda de todas as exigências éticas que me imponho respeitar: o anonimato e a garantia de que todos os dados recolhidos só estarão disponíveis para a realização do presente trabalho de investigação.

Conto com a sua colaboração e, desde já, agradeço todo o empenho e tempo disponibilizados para o preenchimento deste questionário.

#### Identificação geral

##### 1. Idade:

- até 25 anos
- de 26 a 30 anos
- de 31 a 35 anos
- de 36 a 40 anos
- de 41 a 45 anos
- 46 anos ou mais

##### 3. Há quantos anos você trabalha na SEEDF?

- Há menos de 1 ano.
- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 9 anos.
- De 10 a 15 anos.
- De 15 a 20 anos.
- De 20 a 25 anos.
- Há mais de 25 anos.

##### 2. Entre as modalidades de cursos de pós-graduação listadas abaixo, assinale a opção que corresponde ao curso de mais alta titulação que você completou.

- Especialização (mínimo de 360 horas).
- Mestrado.
- Doutorado.
- Ainda não completei o curso de pós-graduação.
- Não fiz curso de pós-graduação.

##### 4. Há quantos anos você trabalha nesta escola?

- Há menos de 1 ano.
- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 9 anos.
- De 10 a 15 anos.
- De 15 a 20 anos.
- De 20 a 25 anos.
- Há mais de 25 anos.

5. Qual é a sua percepção referente ao espaço da coordenação Pedagógica?

---



---

6. Na sua escola, com que frequência é realizada a avaliação institucional?

	Ainda não houve tal momento.
	Nas datas destinadas pelo calendário Escolar da SEEDF – Dias Letivos Temáticos.
	O ano todo.
	Semestralmente, nos momentos de reunião coletiva.
	Bimestralmente, nos momentos de reunião coletiva.

7. Para você, quem deve promover a avaliação institucional da sua escola?

	A SEEDF.
	A CRE.
	A escola, por meio da direção.
	A escola, por meio da direção e coordenação pedagógica.
	A escola, por meio dos coordenadores pedagógicos.

8. Você percebe influência da avaliação institucional para seu trabalho pedagógico?

	Não há influência da avaliação institucional em meu trabalho pedagógico.
	Procuro utilizar alguns dados da avaliação institucional em meu trabalho pedagógico.

9. Nos momentos da avaliação institucional, quais temas são abordados?

	Relativos à gestão da escola.
	Administrativos.
	Sobre o desempenho dos estudantes.
	Questões pedagógicas.
	Outros. Quais?

10. Nas reuniões para avaliação institucional, quem participa com maior frequência?

	Professores
	Estudantes
	Servidores
	Pais
	Direção
	Outros. Quem?

11. Os dados obtidos com a avaliação institucional servem para o planejamento das ações do ano seguinte? Por favor, explique sua resposta.

---



---



---

12. Em sua opinião quais as mudanças poderiam ocorrer para a melhoria do trabalho pedagógico e da avaliação institucional em seu local de trabalho?

---

---

---

---

---

---

13. Nas coordenações pedagógicas da escola, o coordenador pedagógico promove momentos relacionados à avaliação Institucional? Por favor, explique sua resposta.

---

---

---

---

---

***Muito obrigada!***



## Questionário – Equipe Gestora

Senhor(a) Professor(a),

O presente questionário faz parte de uma pesquisa realizada para o trabalho de conclusão do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica realizado na Universidade de Brasília – UnB. A pesquisa tem por objetivo analisar o papel da Coordenação Pedagógica no processo de avaliação institucional de uma escola de Educação de Jovens e Adultos do DF.

Ressalto que esta pesquisa está sob a salvaguarda de todas as exigências éticas que me imponho respeitar: o anonimato e a garantia de que todos os dados recolhidos só estarão disponíveis para a realização do presente trabalho de investigação.

Conto com a sua colaboração e, desde já, agradeço todo o empenho e tempo disponibilizados para o preenchimento deste questionário.

### Identificação geral

#### 1. Idade:

- até 25 anos
- de 26 a 30 anos
- de 31 a 35 anos
- de 36 a 40 anos
- de 41 a 45 anos
- 46 anos ou mais

#### 3. Há quantos anos você trabalha na SEEDF?

- Há menos de 1 ano.
- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 9 anos.
- De 10 a 15 anos.
- De 15 a 20 anos.
- De 20 a 25 anos.
- Há mais de 25 anos.

#### 2. Entre as modalidades de cursos de pós-graduação listadas abaixo, assinale a opção que corresponde ao curso de mais alta titulação que você completou.

- Especialização (mínimo de 360 horas).
- Mestrado.
- Doutorado.
- Ainda não completei o curso de pós-graduação.
- Não fiz curso de pós-graduação.

#### 4. Há quantos anos você trabalha nesta escola?

- Há menos de 1 ano.
- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 9 anos.
- De 10 a 15 anos.
- De 15 a 20 anos.
- De 20 a 25 anos.
- Há mais de 25 anos.

5. Qual é a sua percepção referente ao espaço da coordenação Pedagógica ?

---



---

6. Na sua escola, com que frequência é realizada a avaliação institucional?

	Ainda não houve tal momento.
	Nas datas destinadas pelo calendário Escolar da SEEDF – Dias Letivos Temáticos.
	O ano todo.
	Semestralmente, nos momentos de reunião coletiva.
	Bimestralmente, nos momentos de reunião coletiva.

7. Para você, quem deve promover a avaliação institucional da sua escola?

	A SEEDF.
	A CRE.
	A escola, por meio da direção.
	A escola, por meio da direção e coordenação pedagógica.
	A escola, por meio dos coordenadores pedagógicos.

8. Você percebe influência da avaliação institucional para seu trabalho pedagógico?

	Não há influência da avaliação institucional em meu trabalho pedagógico.
	Procuo utilizar alguns dados da avaliação institucional em meu trabalho pedagógico.

9. Nos momentos da avaliação institucional, quais temas são abordados?

	Relativos à gestão da escola.
	Administrativos.
	Sobre o desempenho dos estudantes.
	Questões pedagógicas.
	Outros. Quais?

10. Nas reuniões para avaliação institucional, quem participa com maior frequência?

	Professores
	Estudantes
	Servidores
	Pais
	Direção
	Outros. Quem?

11. Os dados obtidos com a avaliação institucional servem para o planejamento das ações do ano seguinte? Por favor, explique sua resposta.

---



---



---

12. Em sua opinião quais as mudanças poderiam ocorrer para a melhoria do trabalho pedagógico e da avaliação institucional em seu local de trabalho?

---

---

---

---

---

---

13. Nas coordenações pedagógicas da escola, o coordenador pedagógico promove momentos relacionados à avaliação Institucional? Por favor, explique sua resposta.

---

---

---

---

---

***Muito obrigada!***